

Visão do atual modelo de gestão da Microbacia Hidrográfica do Rio dos Mangues (MHRM), Porto Seguro – Bahia

Autoria: Antônio Ribeiro Bomfim¹, Pedro Silvestre Pascoal Junior², Joselisa Maria Chaves³

¹Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), E-mail: mestreribas@gmail.com

² Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), E-mail: pedrojr@uefs.br

³ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), E-mail: josimariachaves@gmail.com

1. Introdução

As pressões antrópicas sobre os recursos naturais têm provocado consequências gravíssimas, tais como: perda da biodiversidade (comunidades inteiras de plantas e animais), mudanças climáticas (com escassez ou excesso de chuvas); perda da qualidade do solo (para lavoura); erosão, assoreamento e morte de rios e uma série de outros fatores que podem deteriorar os ecossistemas naturais e, conseqüentemente, a qualidade de vida humana.

Em meio às diversas localidades onde se podem observar tais eventos, tem-se o município de Porto Seguro, no estado da Bahia. Neste, a ocupação de áreas impróprias, a supressão de vegetação natural, o descumprimento à legislação ambiental e a falta de fiscalização favorecem a proliferação da degradação, não apenas das nascentes, mas ao longo de todo o curso do Rio dos Mangues, propiciando um conjunto de condições ambientais inadequadas. Para Araújo et al (2007, p. 40), [...] “atualmente não se pode mais fazer um assentamento humano, um novo loteamento, sem colocar o território municipal sobre a bacia hidrográfica”.

Nesse sentido, esse estudo justifica-se dada a importância do Rio dos Mangues, não apenas para o município de Porto Seguro como para todo o Estado da Bahia, uma vez que este rio foi o escolhido pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA) para a captação e abastecimento de água potável no município de Porto Seguro. Dessa forma, torna-se imprescindível à elaboração de um plano de gerenciamento que possa nortear um processo de implementação de um modelo de gestão para a microbacia que contemple a conservação dos recursos naturais. O objetivo desse trabalho foi entender o modelo de gestão da microbacia sobe os aspectos legais, nossa ideia é conhecer os mecanismos utilizados para gerir os recursos hídricos do Rio dos Mangues, bem como todos os ecossistemas naturais inseridos na área de influência da MHRM. O estudo surge a partir da inquietação dos pesquisadores com relação ao avançado estado de degradação ambiental na área da microbacia e da necessidade de conservação desse recursos visando a manutenção das atividades desenvolvidas ali.

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

Nesta perspectiva, um modelo de gestão participativa pode ser muito interessante para a MHRM, uma vez que os atores componentes dessa microbacia possuem realidades econômicas e sociais diferentes, o que significa que esses também possuem interesses distintos. Segundo Araújo et al (2007), o planejamento da gestão passa a ser negociado entre os atores componentes dos Comitês, levando-se em conta os interesses setoriais e os regionais.

2. Marco Teórico

Modelo de gestão é o corpo de conhecimento, compreendido com o conjunto de princípios, técnicas e explicações que orientam a concepção e o modo de funcionamento de todos os elementos constituinte de uma organização (PEREIRA e SANTOS, 2001). Como cada organização possui princípios, valores e conhecimentos diferentes, se faz necessário que cada uma encontre o melhor modelo de gestão que se adapte à sua realidade.

Segundo Brito (2006) as políticas de local são processos que buscam articular, coordenar e inserir os empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração sócio-econômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda. O caráter dinâmico de uma organização faz com que o homem busque desenvolver um processo qualquer que, possibilite o seu contínuo ajustamento às emergências ambientais, assegure a efetiva coordenação e a conjugação das atividades desenvolvidas pelos elementos que nelas atuam (SOUZA, 1985).

A habilidade de planejar, organizar, dirigir e controlar esses recursos é chamada de gestão. Porém, pelas dicotomias cultural, econômica e social, cada organização cria sua maneira própria para gerir seus recursos e, essa maneira particular de gerir denominamos “*modelo de gestão*”. Dessa forma, podemos dizer que modelo de gestão é o gerir através de um exemplo já existente realizando apenas as modificações necessárias para a necessidade de cada organização. A gestão deve ser feita de forma que o gestor (ou Conselho Gestor), através dos recursos de que dispõem, faça com que a organização alcance seus objetivos e atenda as necessidades de todos os envolvidos e interessados.

Para Maximiano (1995) modelo de gestão é o conjunto de princípios, conhecimentos, valores, instrumentos e práticas de gestão adotados pelas organizações para a realização de sua razão de ser e das suas finalidades básicas. Os modelos de gestão podem ser aplicados quer nas empresas e áreas de negócio privadas, quer na administração pública. O modelo de gestão adaptado pelas organizações públicas difere do modelo de gestão do foro privado. Enquanto o segundo tem por base a obtenção de lucros, o primeiro põe em jogo outras questões, como o bem-estar social.

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

São vários os modelos de gestão adotados pelas organizações do mundo todo, sejam elas públicas ou privadas. Os modelos de gestão mais conhecidos são o Burocrático e o Participativo. O modelo burocrático é impessoal e funciona de acordo com normas e regras previamente estabelecidas, na qual as pessoas ficam em plano secundário, ou em alguns casos, sequer são consideradas. Suas principais características são: excesso de formalismo, rigidez das normas e regras e ineficiência.

O modelo de gestão participativo é um conceito que descreve o processo de facilitação e operação em arranjos organizacionais para resolver problemas que não poderiam ser solucionados, ou pelo menos não facilmente, por apenas uma organização. Suas características são: processo decisório definido e decidido com a participação dos principais agentes envolvidos; flexibilidade; ênfase nos resultados / objetivos. A tomada de decisões não se dá de forma consensual, e persiste a rigidez contratual, em detrimento da flexibilidade nas relações entre governo e parceiro privado. Segundo Maranaldo (1989), a administração participativa é o conjunto harmônico de sistemas, condições organizacionais e comportamentos gerenciais que provocam e incentivam a participação de todos no processo de administrar. Quando as pessoas participam do processo decisório, certamente elas estarão mais comprometidas na hora da execução.

A administração participativa é um modelo muito indicado de gestão e que traz vantagens formidáveis para as empresas que adotam esse estilo (SOUZA, 2006). A gestão participativa desencadeia um estado de espírito de elevada interação e de confiança mútua.

3. Método de investigação

O procedimento metodológico constou de três etapas: A primeira etapa constou de um levantamento bibliográfico, utilizando fontes como produções bibliográficas e produções científicas – monografias, dissertações, artigos e legislação – sobre o município e reportagens sobre o mesmo, disponível no acervo das bibliotecas de instituições como UEFS, VERACEL, EMBASA, IBGE e INPE. Essa etapa teve como objetivo a pesquisa de elementos históricos, geográficos, sócio-econômicos, que possibilitassem a compreensão do município, da área de estudo e da dinâmica existente entre os atores inseridos nessa área. A segunda etapa foi a participação em reuniões de alguns Conselhos Gestor, tais como: Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, Área de Proteção Ambiental da Coroa Vermelha. Nessa etapa, o objetivo foi analisar e entender a composição e estrutura dos respectivos Conselhos Gestor. Foi preciso entender como estão estruturados, além de identificar a participação de cada um nas reuniões e o papel de cada um dentro da gestão. Por fim, realizamos observação direta na área pesquisa, além de conversas informais com os agricultores foram importantes para entendermos as demandas e, possíveis, conflitos existentes na área. Esses pressupostos visam conhecer a área de estudo em sua

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

totalidade, com suas características particulares, identificar o grau de antropização dessa área, localizando assim os pontos com maiores prioridades para intervenção.

4 Resultados e Discussões

Atualmente, a área da MHRM é ocupada por diferentes modos de ocupação e uso da terra, destacando-se os seguintes: unidades de conservação; assentamento agrícola; propriedades particulares (fazendas); loteamentos residenciais e bairros periféricos. As nascentes estão inseridas, em maior número, no Assentamento Agrícola Imbiruçu de Dentro. Além disso, é do Rio dos Mangues que a Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA) capta água para abastecimento de grande parte da população de Porto Seguro. Existem propriedades rurais que captam água do rio para irrigação de suas plantações.

Acerca dos problemas enfrentados nesta área pode-se salientar a expansão urbana acelerada e a pecuária, as quais vêm acompanhadas de desmatamento e queimadas, causando assoreamento dos corpos hídricos e aumento da poluição por agroquímicos, com impactos diretos sobre as águas dos rios e principalmente sobre as nascentes, com graves consequências sobre a quantidade e qualidade dos corpos d'água.

Além disso, o Rio dos Mangues vem sofrendo com outros impactos ambientais graves. Grande parte das suas Áreas de Preservação Permanente (APP) foi degradada. Dentre os principais fatores causadores da degradação estão: pastagens subutilizadas, avanço da agricultura extensiva e ocupação habitacional desordenada. Essas atividades, se não gerenciadas de forma adequada, podem gerar conflitos entre os atores inseridos na área da microbacia.

O instrumento utilizado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), na gestão da MHRM, é a cobrança pelo uso da água. A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um instrumento de gestão baseado no princípio do usuário pagador e poluidor pagador, segundo o qual busca induzir o usuário de recursos hídricos a utilização racional do recurso ambiental. Com o uso desse instrumento, o Inema pretende sensibilizar e incentivar os usuários a utilizar esse recurso de maneira racional e sustentável, garantindo às gerações atuais e futuras qualidade, quantidade e acesso a esse bem.

O Município, através de sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), apresenta competência legal para elaborar um modelo de gestão que seja mais condizente com a realidade social e econômica que envolve a microbacia hidrográfica do Rio dos Mangues. A APA será administrada por um Conselho Gestor o qual será composto por representantes do Poder Público; da Sociedade Civil Organizada; de representantes dos proprietários de terra na área da microbacia; representantes do Projeto Agrícola Imbiruçu de Dentro; representantes da

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

empresa que possui a outorga para uso dos recursos hídricos; representantes de comunidade tradicional indígena Pataxó, conforme parágrafo 5º do artigo 15 do SNUC.

Caberá a esse Conselho a responsabilidade não apenas pela Administração da APA, mas também a elaboração de estratégias visando à captação e aplicação de recursos, os quais serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção da microbacia. A criação da Unidade de Conservação será muito importante na busca por uma gestão que possa conciliar a manutenção das atividades econômicas e a conservação dos recursos naturais na área da microbacia, uma vez que serão estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada, localizada em uma Área de Proteção Ambiental, respeitado os limites constitucionais, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 15 da Lei 9.985/2000.

A participação dos atores inseridos na área da microbacia e de representantes da sociedade civil no Conselho Gestor da Unidade de Conservação é imprescindível para consolidação de um modelo de gestão participativo e democrático, todos com direito a votar e opinar nas discussões que visam qualquer ação ou intervenção na MHRM. Essa forma de administração tende a minimizar os conflitos e disputas entre os interessados na gestão dos recursos hídricos e na conservação dos recursos naturais.

5. Considerações Finais

A análise realizada na legislação vigente e nos mecanismos utilizados para gestão dos recursos naturais na área de influência da Micro bacia Hidrográfica do Rio dos Mangues apontam que estes não são eficazes quanto aos objetivos que se propõem. Assim sendo, decidimos propor um modelo de gestão que entendemos atender as demandas da microbacia do Rio dos Mangues.

Pensando em um modelo de gestão que possa, de forma racional, se adequar a realidade da MHRM, vale a pena mencionarmos a Administração por Objetivos (APO). A APO é um método no qual as metas são definidas em conjunto por todos os envolvidos na gestão, as responsabilidades são especificadas para cada um, que passam a construir os padrões de desempenho sob os quais ambos são avaliados; funciona com uma abordagem amigável, democrática e participativa (CHIAVENATO, 2000). Para Moreno Júnior (2006), o desenvolvimento, o gerenciamento, o uso e a proteção da água dependem da promoção de parcerias entre os setores públicos e privados, processo participativo, com diversos setores da sociedade, participação das entidades não governamentais e cooperação internacional.

Atualmente, percebe-se que não existe um modelo de gestão definido para a microbacia do Rio dos Mangues, ficando como atores inseridos na área da microbacia (assentados, fazendeiros e proprietários de loteamentos) os responsáveis pela gestão de suas propriedades. Não existe um órgão ou uma entidade que possa congrega todos os sujeitos pertencentes que,

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

de forma direta, influencie na dinâmica do meio natural que envolve a microbacia do Rio dos Mangues.

A partir do exposto, considerando-se a sugestão apresentada neste estudo, a Prefeitura Municipal de Porto Seguro (PMPS) – através da SEMMA, conhecendo as circunstâncias e peculiaridades que envolvem a gestão da MHRM – pode criar políticas públicas objetivando implantar uma gestão com base conservacionista que proteja os recursos ambientais naturais, mas que proporcione também as comunidades inseridas na MHRM, aumentando, assim, a possibilidade de subsistência.

Por tratar-se de um rio de menor vazão, o rio dos Mangues, cujas águas percorrem, exclusivamente, o território do município de Porto Seguro, termina por receber pouca atenção por parte dos órgãos de gestão das águas do Estado (INEMA). Dessa forma, seu gerenciamento poderia ser delegado ao município no qual ele está inserido, visto que é um rio pequeno e oferece ao município maior flexibilidade na organização de um “Comitê” que possa geri-lo de maneira mais eficaz. Um opção de gestão para a área em estudo será delimitar a MHRM e, por intermédio da legislação vigente, criar uma Área de Preservação Ambiental (APA), a qual é regulamentada e protegida pela Lei do SNUC (9.985/2000). A APA seria administrada por um Conselho Gestor o qual será composto por representantes do Poder Público; da Sociedade Civil Organizada; de representantes dos proprietários de terra na área da microbacia; representantes do Projeto Agrícola Imbiruçu de Dentro; representantes da empresa que possui a outorga para uso dos recursos hídricos e; representantes de comunidade tradicional indígena Pataxó, conforme parágrafo 5º do artigo 15 do SNUC.

Para isso, a PMPS pode, não apenas utilizar os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, como também buscar parceria com o governo do Estado, visando obtenção de recursos para implementação e manutenção das políticas públicas. Seja qual for o modelo de gestão adotado pelo poder público, devem está inseridos na gestão da microbacia do Rio dos Mangues todos os atores envolvidos e interessados no gerenciamento dos recursos naturais e na conservação ambiental da área. Tal modelo deve ser democrático, participativo, transparente e eficaz.

O modelo de gestão proposto leva em consideração as características sócio-econômicas dos atores envolvidos na área de estudo, a legislação vigente e a estrutura da administração municipal disponível. A construção de um espaço democrático deve ser democrática desde o início. É importante sempre analisar e observar os bons exemplos de espaços de participação da sociedade, como os Conselhos Gestor visitados. O Conselho deve ter compromisso com a sociedade e responder a seus interesses. Assim, é preciso aliar esses Conselhos a espaços em que a sociedade possa cobrar seus representantes, como nas reuniões dos membros e audiências públicas. Todo Conselho deve estabelecer Princípios, Diretrizes, Missão e Objetivos. Para garantir que tais elementos sejam cumpridos, preservando sua independência

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

em relação a governos e ao mercado, o Conselho deve observar sempre os pressupostos democráticos e participativos como a base para a construção de uma sociedade justa, viável e correta.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Marinella Machado; ROCHA, Rogéria M. Lopes; Silva, Betina Günther. **Gestão ambiental participativa: o planejamento urbano-ambiental sustentável a partir das bacias hidrográficas**. In: Fórum de direito urbano e ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 6, n. 32, p. 34-43, mar./abr. 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 9985 de 18 de julho de 2000**. “Regulamenta o art. 225, §1º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”. Presidência da República – Casa Civil, Brasília, DF, 18 jul. 2000.

BRITTO, Ivomar Carvalhal. **Projeto Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália : vegetação** / Ivomar Carvalhal Britto e José Alberto Castro Macedo – Salvador : CPRM : Prefeituras Municipais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e pratica**. 3ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

MARANALDO, D. **Estratégia para a competitividade**. São Paulo: Produtivismo, 1989.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Além da Hierarquia – Como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta**. São Paulo: Atlas, 1995.

PEREIRA, M. I.; SANTOS, S. A. **Modelos de Gestão: uma análise conceitual**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

SOUZA, Jader. **Gestão empresarial: administrando empresas vencedoras**. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.